



OS GEOGLIFOS NO ACRE E SUL DO AMAZONAS: PAISAGEM, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA PRÉ- COLONIAL

The Geoglyphs in Acre and Southern Amazonas: Landscape, Territory, and Territoriality in Pre-Colonial Amazonia

Felipe Ribeiro da Silva Lopes¹
Iolanda Aida de Medeiros Campos²

Resumo

Os geoglifos do Acre e do Sul do Amazonas revelam um passado complexo de ocupação, manejo ambiental e organização espacial da Amazônia, desafiando a tradicional visão de floresta intocada e sem história. Essas estruturas geométricas escavadas no solo demonstram a profunda interação entre os povos indígenas pré-coloniais e o meio natural, configurando paisagens culturais, territórios simbólicos e expressões materiais de territorialidade ativa. Assim, tornam-se elementos essenciais para compreender que a Amazônia foi, e continua sendo, um espaço construído por múltiplas racionalidades socioculturais. Este artigo tem como objetivo analisar os geoglifos a partir dos aportes da Geografia Humana e da Arqueogeografia, articulando conceitos de paisagem, território, lugar e memória social. A pesquisa fundamentou-se em metodologia bibliográfica orientada pelo método dialético, apoiada em autores como Santos (1996), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Schaan (2007, 2010), Ranzi (2007) e outros que discutem a complexidade amazônica. Os resultados indicam que os geoglifos constituem marcas da historicidade regional, expressando relações sociais e simbólicas profundas, fundamentais para a compreensão da Geografia Histórica da Amazônia.

Palavras-chaves: Geoglifos da Amazônia, Paisagem, Território, Territorialidade.

Abstract

The geoglyphs of Acre and southern Amazonas reveal a complex past of occupation, environmental management, and spatial organization in the Amazon, challenging the traditional view of the region as a pristine forest devoid of history. These geometric structures, excavated into the ground, demonstrate the profound interaction between pre-colonial indigenous peoples and the natural environment, shaping cultural landscapes, symbolic territories, and material expressions of active territoriality. Thus, they become essential elements for understanding that the Amazon was—and remains—a space constructed through multiple sociocultural rationalities. This article aims to analyze the geoglyphs through the lenses of Human Geography and Archaeogeography, integrating concepts of landscape, territory, place, and social memory. The research relied on a bibliographic methodology guided by the dialectical method, drawing on authors such as Santos (1996), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Schaan (2007, 2010), Ranzi (2007), and others who discuss the complexity of the Amazon. The results indicate that the geoglyphs constitute markers of regional historicity, expressing deep social and symbolic relationships that are fundamental to understanding the historical geography of the Amazon.

Keywords: Amazonian geoglyphs, Landscape, Territory, Territoriality.

Introdução

A descoberta e o estudo dos geoglifos no estado do Acre e no Sul do Amazonas transformaram a compreensão científica sobre a ocupação pré-colonial da Amazônia. Durante

¹ Licenciado em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas, e-mail: frsl.geo18@uea.edu.br.

² Professora doutora em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas, e-mail: icampos@uea.edu.br



muito tempo, prevaleceu a ideia de que a floresta amazônica era um espaço vazio, pouco habitado e com baixa complexidade social. Contudo, a identificação dessas estruturas geométricas, escavadas em grandes dimensões e distribuídas em diferentes áreas, evidencia que sociedades indígenas da região construíram formas sofisticadas de organização espacial e cultural. Nesse sentido, a Geografia Humana oferece um referencial teórico fundamental para compreender os geoglifos como paisagens culturais e territórios de memória. Dialogando com a arqueologia e a arqueogeografia, busca-se aqui interpretar essas construções como parte de um sistema territorial amplo, que revela tanto práticas produtivas quanto simbólicas. Assim, a análise dos geoglifos torna-se relevante para a Geografia Histórica da Amazônia, pois ilumina processos sociais que contribuíram para moldar o presente da região.

Paisagem como construção cultural

A paisagem, para a Geografia Humana, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de elementos naturais e físicos, mas como o resultado de interações históricas, sociais e culturais que marcam o espaço. Segundo Milton Santos (1997), a paisagem é a materialização da ação humana no espaço, onde os diferentes tempos históricos se sobrepõem, revelando tanto permanências quanto rupturas. Na Amazônia, este conceito ganha relevo ao observarmos os geoglifos do Acre e do sul do Amazonas, que demonstram uma intervenção antrópica profunda em ambientes antes considerados “selvagens”. Os geoglifos evidenciam que a paisagem amazônica é histórica, construída por sociedades indígenas que imprimiram formas geométricas na terra como marcas culturais. Nesse sentido, Cosgrove (1998, p. 13) afirma:

A paisagem não deve ser vista como uma simples cena contemplativa, mas como um modo de ver, uma forma culturalmente construída de organizar e dar sentido ao mundo. Ela é, simultaneamente, material e simbólica, pois expressa as práticas sociais de uma comunidade e, ao mesmo tempo, transmite visões de mundo, valores e ideologias. A paisagem é, portanto, um texto a ser lido, no qual se inscrevem as relações de poder, as memórias coletivas e as identidades territoriais. Assim, compreender uma paisagem é compreender também as sociedades que a produziram e continuam a transformá-la no tempo.

Berque (2009) defende que a paisagem é sempre uma mediação entre sociedade e natureza, e que seu valor vai além da percepção estética, estando imbricado em representações



simbólicas e modos de vida. Nesse sentido, os geoglifos se apresentam como paisagens simbólicas, que não podem ser entendidas apenas como obras arquitetônicas ou agrícolas, mas também como registros materiais de cosmovisões indígenas sobre o território. O reconhecimento da paisagem enquanto herança cultural amplia o campo da Geografia Histórica e da Arqueogeografia, pois evidencia que a floresta foi domesticada, manejada e inscrita por povos que ali estabeleceram suas territorialidades.

De acordo com Corrêa (1995), as paisagens culturais resultam de sucessivas transformações sociais que reorganizam o espaço ao longo do tempo. Ao aplicar essa perspectiva aos geoglifos, compreende-se que tais estruturas não foram obras isoladas, mas parte de um sistema de organização do espaço, possivelmente articulado a redes de circulação, cultivo e ocupação do território. Isso significa que, ao contrário da visão de vazio demográfico, a Amazônia pré-colonial foi densamente habitada e marcada pela ação humana.

Schama (2015) acrescenta que o conceito de paisagem deve ser visto como um campo de disputa entre interpretações científicas e memórias coletivas. No caso dos geoglifos, a interpretação arqueológica e geográfica deve dialogar com as narrativas indígenas contemporâneas, que veem tais marcas como expressão de ancestralidade. Esse debate é essencial para romper com a ideia de “descoberta” recente dos geoglifos e, ao contrário, reafirmar a agência histórica dos povos originários amazônicos.

Ainda segundo Becker (2001), compreender a paisagem amazônica exige perceber os diferentes tempos geográficos que nela coexistem. Os geoglifos representam um passado indígena que resiste e se inscreve no presente, reconfigurando a maneira como a Amazônia é pensada pela ciência e pela sociedade. Eles são, assim, “janelas do tempo”, permitindo visualizar como práticas culturais se materializaram no espaço.

Portanto, a paisagem amazônica, quando observada pelos geoglifos, rompe com a visão de natureza intocada e reforça a concepção de espaço como construção histórica. Para a Geografia Humana, isso implica pensar a paisagem não como dado natural, mas como herança cultural, resultado da ação coletiva de povos que moldaram o espaço, expressando territorialidade e identidade.



Território e territorialidade dos povos da Amazônia

O conceito de território, na Geografia, é central para compreender as relações de poder, uso e apropriação do espaço. Raffestin (1993) destaca que o território é sempre o resultado da apropriação de um espaço por meio de práticas sociais e políticas, onde a territorialidade emerge como expressão da identidade coletiva. No contexto amazônico, os geoglifos do Acre e sul do Amazonas revelam territórios ancestrais organizados por sociedades indígenas complexas, que, mesmo sem um Estado centralizado, construíram formas próprias de ocupação e dominação espacial. Esses espaços não devem ser vistos como simples áreas de moradia ou cultivo, mas como territórios carregados de significados, materializando sistemas sociais, religiosos e políticos.

A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo (Sack, 1986, p.06).

De acordo com Haesbaert (2004), a territorialidade não se reduz a fronteiras fixas, mas envolve práticas simbólicas e cotidianas de pertencimento. Aplicando essa concepção à realidade dos geoglifos, percebe-se que sua distribuição espacial sugere redes interligadas de comunidades que partilhavam valores comuns. As formas geométricas desenhadas no solo não apenas delimitavam áreas de uso, mas também funcionavam como referências identitárias, lugares de encontro e, possivelmente, de rituais. Nesse sentido, os povos construtores dos geoglifos criaram territorialidades múltiplas, que articulavam tanto o domínio material da terra quanto sua dimensão simbólica.

A reflexão de Little (2002) reforça essa perspectiva ao argumentar que o território é, antes de tudo, um espaço de reprodução social. Na Amazônia, a territorialidade indígena não se expressa apenas em aldeias ou roças, mas também em marcas paisagísticas como os geoglifos. Esses espaços revelam que os povos originários desenvolveram técnicas de manejo ambiental e estratégias de uso do solo que, longe de degradar a floresta, contribuíram para sua manutenção e diversidade. Assim, os geoglifos são testemunhos materiais de territorialidades



sustentáveis, nas quais a natureza era compreendida como parte de um sistema de reciprocidade com a sociedade.

Souza (1995) complementa que o território deve ser analisado como campo de conflitos e disputas. A partir dessa chave, os geoglifos também podem ser interpretados como símbolos de poder, demarcando áreas de influência e diferenciando comunidades. Ainda que as evidências arqueológicas não permitam afirmar categoricamente as funções sociais desses espaços, é plausível pensar que eles serviam tanto para integrar quanto para delimitar, configurando territórios em constante negociação. Dessa forma, os geoglifos expressam as territorialidades políticas dos povos amazônicos pré-coloniais.

Segundo Oliveira (2016), a territorialidade indígena está profundamente enraizada em cosmologias que unem espaço físico e espiritual. Os geoglifos, portanto, não podem ser entendidos apenas como estruturas utilitárias, mas como materializações de uma geografia sagrada. Ao inscrever figuras geométricas na terra, os povos do Acre e sul do Amazonas traduziam em marcas concretas suas visões de mundo, relacionando o território ao cosmos. A leitura geográfica desse processo deve, então, considerar que o território amazônico é simultaneamente espaço vivido, espaço simbólico e espaço de memória.

Dessa maneira, o estudo do território e da territorialidade na Amazônia por meio dos geoglifos permite problematizar visões reducionistas que viam a floresta como espaço vazio ou intocado. Pelo contrário, as evidências demonstram a complexidade das territorialidades indígenas, que se manifestaram em formas concretas no espaço. Para a Geografia Humana, essa análise é fundamental, pois reafirma a Amazônia como território histórico, construído por sujeitos coletivos que desenvolveram sistemas de organização espacial sofisticados, capazes de articular práticas de manejo, identidade cultural e poder simbólico.

A contribuição da Arqueogeografia

A arqueogeografia surge como uma abordagem interdisciplinar que articula conceitos de Geografia e Arqueologia para interpretar o uso do espaço no passado. Alceu Ranzi (2007) propõe que os geoglifos amazônicos sejam analisados como “paisagens arqueogeográficas”, ou seja, espaços que combinam materialidade, memória e práticas sociais, permitindo compreender como os povos indígenas transformaram e organizaram o território. Segundo



Hanzé, os geoglifos não são meros vestígios materiais, mas componentes de um sistema espacial integrado, que articula habitação, agricultura e rituais, revelando processos de territorialização complexos e historicizados. Nesse sentido, Ingold (1993, p. 152) afirma:

A paisagem não é apenas o que está diante de nós, mas aquilo no qual estamos envolvidos. Ela não é um simples cenário sobre o qual a vida se desenrola, mas um tecido de relações que se formam entre pessoas, lugares e tempos. Cada caminho percorrido, cada espaço transformado ou cultivado inscreve a memória da atividade humana na terra. Dessa forma, a paisagem é sempre histórica e social, resultado da interação contínua entre natureza, técnica e cultura, sendo ao mesmo tempo experiência vivida e registro material do passado.

Com Sauer (1925), considerado um dos precursores da Geografia cultural, contribui para a arqueogeografia ao propor que a paisagem é produto cultural, moldado pela ação humana ao longo do tempo. A interpretação dos geoglifos a partir dessa perspectiva enfatiza que a Amazônia pré-colonial não foi uma floresta intocada, mas um território modificado e gerido por comunidades indígenas que expressavam suas práticas sociais e simbólicas no espaço. A análise da forma, da localização e das dimensões dos geoglifos permite compreender decisões de planejamento territorial que articulavam recursos naturais e socioculturais.

Para Bender (2002) que complementa essa abordagem ao destacar que a arqueologia da paisagem permite interpretar sítios como sistemas de relações espaciais, em vez de estruturas isoladas. Aplicado aos geoglifos, isso significa que cada forma geométrica se relaciona com outros elementos, como áreas cultivadas, caminhos, rios e habitações, formando uma rede de territorialidade integrada. Dessa forma, a arqueogeografia contribui para identificar padrões de ocupação, uso do solo e gestão ambiental na Amazônia, ampliando a visão sobre sociedades complexas pré-coloniais.

Segundo Funari (2003), em estudos sobre arqueologia no Brasil, reforça que a análise de vestígios materiais possibilita reconstruir dimensões políticas, sociais e simbólicas das populações. Os geoglifos, quando examinados sob essa perspectiva, revelam estratégias de organização coletiva, demonstrando que a produção de espaço não se limitava a aspectos utilitários, mas envolvia também a construção de identidades e a expressão de cosmologias. Esse olhar interdisciplinar permite perceber a Amazônia como espaço de práticas socioculturais sofisticadas, desafiando narrativas de “floresta vazia”.



Todavia Tilley (1994), com sua abordagem fenomenológica, ressalta que os espaços construídos carregam significados que moldam a experiência social e cultural. Os geoglifos, nesse sentido, não devem ser entendidos apenas como elementos geométricos, mas como paisagens vividas e percebidas pelos povos indígenas, que lhes atribuíram valor simbólico e ritual. Essa dimensão subjetiva do espaço é central para a arqueogeografia, pois permite compreender como as sociedades interagiam com o território de maneira sensível e culturalmente marcada.

Por fim, Smith (2003) argumenta que o espaço materializado também é expressão de poder e comunicação política. No contexto dos geoglifos, as estruturas podem ser vistas como instrumentos de coesão social e autoridade simbólica, articulando territorialidade, identidade e controle de recursos. A abordagem de Ranzi (2007) reforça que, ao analisar os geoglifos como paisagens arqueogeográficas, é possível compreender como as sociedades amazônicas construíram, preservaram e transmitiram sua memória espacial, tornando esses sítios fundamentais para o estudo da Geografia Histórica da região.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos e dissertações que discutem os geoglifos, a ocupação pré-colonial da Amazônia e os conceitos de paisagem, território e territorialidade. O método dialético orientou a análise, ao buscar compreender os geoglifos como síntese das contradições entre sociedade e natureza, materialidade e simbolismo, permanência e transformação. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui-se como procedimento fundamental para a construção do conhecimento científico, pois possibilita identificar, selecionar e interpretar contribuições teóricas já produzidas, oferecendo bases para novas interpretações. Nessa perspectiva, a investigação apoiou-se em autores da Geografia Humana (Santos, Raffestin, Haesbaert, Porto-Gonçalves, Moraes), da Arqueologia (Schaan, Funari) e da Arqueogeografia (Ranzi), possibilitando uma análise de caráter interdisciplinar.



Os Geoglifos como paisagens culturais

Os geoglifos, segundo Ranzi e Aguiar (2004) e Schaan (2007), constituem marcas na terra de grandes dimensões e formas geométricas que só podem ser plenamente percebidas a partir da perspectiva aérea. Descobertos na região oriental do Acre, nos interflúvios dos rios Acre, Iquiri e Abunã, essas estruturas também se estendem para áreas do sul do Amazonas, norte da Bolívia e oeste de Rondônia. O termo “geoglifo” foi atribuído pelo geógrafo Alceu Ranzi, responsável por divulgar sua existência à comunidade científica. Embora existam geoglifos em outras partes do mundo, como os de Nazca, no Peru, as formas amazônicas diferem em seus métodos construtivos, pois resultam da escavação de trincheiras em solos tropicais, com dimensões que variam entre 100 e 300 metros de diâmetro.

Estudos como os de Schaan (2007, 2008, 2010) e Heckenberger et al. (2003) apontam que essas construções são heranças de populações que habitaram a região entre 700 e 2.000 anos antes do presente, revelando um alto grau de organização social. Suas formas geométricas – círculos, retângulos, octógonos, entre outras – eram compostas por trincheiras de até dois metros de profundidade e muretas formadas pelo solo retirado. Estruturas semelhantes existiram em outras partes do mundo, como os “enclosures” europeus do período neolítico, que delimitavam espaços sociais. No Brasil, também se encontram registros de fortificações no Xingu e de barragens em Marajó, embora nesses casos a geometria não tenha sido uma preocupação central.

Os geoglifos que tem sido encontrados no Acre são estruturas de terra que demarcavam espaços de sociabilidade, de inclusão e exclusão, pois possuíam vias de entrada e saída de ambientes públicos e privados, disciplinando a movimentação dos indivíduos no espaço. A organização espacial física presente nas estruturas hoje remanescentes, com seus caminhos marcados por saídas e entradas e longas vias de comunicação entre um geoglifo e outro e entre estes e os rios, por exemplo, indica a existência de uma malha de comunicação terrestre necessária à integração regional de grupos sociais (Schaan et al, 2010, p.31).

Conforme Erickson et al (2008), a Bolívia apresenta evidências arqueológicas próximas às encontradas na Amazônia Ocidental, chamadas de “sanjas circundantes”. Esses achados confirmam que a prática de construir grandes estruturas de terra não era um fenômeno isolado, mas parte de um processo cultural mais amplo que envolvia diversas sociedades pré-coloniais da América do Sul. As semelhanças construtivas entre essas regiões indicam trocas de



conhecimento, ou ao menos paralelismos culturais, em que a escavação de trincheiras e a construção de muretas tinham tanto um papel funcional quanto simbólico.

Na interpretação de Erickson (1995) e Schaan (2010), os geoglifos amazônicos possuíam funções que ultrapassavam a mera utilidade prática, sendo também instrumentos de comunicação simbólica. Ao transformar o espaço, os grupos sociais não apenas adaptavam o ambiente às suas necessidades materiais, mas também reforçavam sua identidade, organizavam territórios e transmitiam mensagens de pertencimento e poder. As vias de entrada e saída, bem como os caminhos que interligavam diferentes geoglifos e rios, revelam um sistema complexo de sociabilidade, no qual a circulação era controlada e as relações sociais, organizadas a partir da materialidade do espaço.

Autores como Crumley (1994) e Balée (2006; 2010) destacam que a amplitude territorial desses registros arqueológicos, que se estendem do Acre ao Amazonas e Rondônia, sugere a existência de um sistema regional de integração social de grandes proporções. Sob a perspectiva da ecologia histórica e da arqueologia da paisagem, os geoglifos devem ser compreendidos como testemunhos de uma ocupação humana sofisticada, marcada por processos históricos cumulativos. Assim, seu estudo permite não apenas compreender as sociedades pré-coloniais, mas também repensar as concepções de território, identidade e organização social na Amazônia antes da colonização europeia.

Os geoglifos localizados no Acre e no Sul do Amazonas configuram-se como paisagens culturais complexas, nas quais a materialidade do espaço reflete práticas sociais, simbólicas e econômicas das sociedades pré-coloniais. Segundo Santos (1996), a paisagem é resultado da interação entre natureza e sociedade, e os geoglifos demonstram que os povos amazônicos transformaram deliberadamente o meio físico para produzir significados coletivos. A geometria das estruturas, visível em fotografias aéreas e imagens de satélite, evidencia planejamento e controle espacial, sugerindo que a paisagem não era passiva, mas moldada intencionalmente para atender a funções sociais e rituais.

A paisagem deve ser entendida como um sistema de signos, um texto cultural que comunica significados e valores sociais. Cada elemento do espaço, seja uma construção, um traçado ou uma forma geométrica, funciona como símbolo, carregado de intenções e de memória coletiva. Ao organizar a paisagem, as sociedades imprimem nela suas visões de mundo, suas hierarquias e suas cosmologias. Assim, a paisagem não é neutra nem natural, mas sim uma produção social que expressa,



materializa e transmite ideologias, identidades e relações de poder (Duncan e Duncan, 2001, p. 39).

Segundo Berque (2009) que reforça a paisagem como inseparável das representações sociais que lhe conferem sentido. Aplicando essa ideia aos geoglifos, percebe-se que tais construções não tinham apenas utilidade prática, como manejo de água ou organização de plantações, mas também função simbólica, como a demarcação de espaços comunitários e sagrados. A repetição de padrões geométricos sugere codificação cultural, indicando que a paisagem era interpretada e percebida como expressão de identidade coletiva e memória histórica.

Destaca Schaan (2010) que os geoglifos refletem práticas rituais integradas à vida cotidiana. Eles se inserem em um contexto mais amplo de territorialidade, em que a paisagem é organizada de acordo com normas culturais, cosmologias e relações sociais. Assim, os geoglifos devem ser compreendidos como partes constituintes de um sistema espacial articulado, que relacionava campos agrícolas, habitações e áreas cerimoniais, formando uma paisagem cultural multifuncional e simbólica.

Argumenta Corrêa (1997) que a paisagem pode ser lida como um “texto” que comunica valores e narrativas históricas. Sob essa perspectiva, os geoglifos atuam como registros materiais da memória coletiva, transmitindo informações sobre organização social, hierarquias e práticas rituais. A disposição geométrica, a orientação e o tamanho das estruturas sugerem que os povos amazônicos possuíam conhecimento avançado de planejamento e percepção espacial, integrando aspectos práticos e simbólicos no desenho da paisagem.

Observou Ross (1995) que as paisagens são moldadas por interações contínuas entre fatores naturais e humanos. No caso dos geoglifos, os rios, solos e relevo foram criteriosamente considerados no planejamento das formas geométricas, mostrando a capacidade dos grupos indígenas de adaptar-se e modificar o ambiente. Essa relação evidencia uma gestão sustentável da terra, na qual a transformação da paisagem estava alinhada à preservação de recursos naturais e à manutenção da complexidade ecológica.

Por fim, Claval (1999) enfatiza que a paisagem cultural é carregada de significados coletivos, resultando de práticas, memória e representação social. Os geoglifos exemplificam esse processo, revelando que a Amazônia não era apenas um espaço natural, mas uma paisagem construída, onde a materialidade do solo era convertida em expressão cultural. Dessa forma, a



análise geográfica confirma que os geoglifos são testemunhos palpáveis da historicidade amazônica, permitindo compreender a interação entre sociedade e natureza em profundidade.

Além das interpretações já mencionadas, as análises de Schaan (2007; 2010) reforçam que os geoglifos devem ser compreendidos dentro de uma lógica de ocupação regional marcada pela intencionalidade e pela permanência. Ao observar a distribuição espacial dessas estruturas, nota-se que sua localização não é aleatória, mas segue padrões que indicam domínio sobre o ambiente e capacidade de articulação entre diferentes comunidades. A escolha de áreas de terra firme, próximas a interflúvios e rotas naturais de circulação, evidencia um profundo conhecimento geográfico e ambiental. Assim, os geoglifos funcionavam como marcos territoriais que sinalizavam pertencimento, organizavam fluxos e estruturavam zonas de interação social e cultural entre grupos amazônicos.

A partir das contribuições de Erickson (1995; 2008), torna-se evidente que os geoglifos se inseriam em um sistema regional de engenharia da paisagem que envolvia não apenas construções geométricas, mas também estradas, áreas de cultivo e redes de drenagem. Essa infraestrutura revela práticas sofisticadas de manejo ambiental e de transformação do meio, indicando que os povos pré-coloniais dominavam técnicas de modificação do terreno que permitiam controlar a água, adaptar o solo e facilitar deslocamentos. Ao integrar essas estruturas à paisagem, as sociedades amazônicas produziam ambientes funcionalmente organizados, duráveis e dotados de significado, demonstrando que a ocupação humana se desenvolveu em relações de continuidade e complexidade, muito distantes da ideia de um território intocado.

Conforme ressaltam Balée (2006; 2010) e Crumley (1994), a presença dos geoglifos confirma que a Amazônia pré-colonial deve ser entendida como uma paisagem histórica continuamente transformada pela ação humana. A distribuição das estruturas, sua regularidade geométrica e a extensão territorial que ocupam evidenciam que diferentes grupos partilhavam conhecimentos ambientais e técnicas de manejo da terra, configurando um mosaico cultural altamente interligado. Esses espaços, ao funcionarem como pontos de encontro, rituais e atividades coletivas, reforçavam identidades compartilhadas e fortaleciam o sentido de comunidade. Dessa forma, os geoglifos constituem testemunhos materiais de um processo de construção territorial de longa duração, no qual sociedade e natureza se articulam de maneira



dinâmica, revelando uma Amazônia profundamente humanizada antes da chegada dos colonizadores.

Implicações territoriais e Territorialidade

Os geoglifos refletem, simultaneamente, apropriação, organização e significação do território pelos povos amazônicos. Raffestin (1993) argumenta que o território é sempre produto de relações sociais e políticas, expressando controle, pertencimento e poder. No contexto do Acre e do Sul do Amazonas, os geoglifos delineiam áreas de influência e estabelecem uma territorialidade visível, materializando a presença e a identidade coletiva de grupos indígenas. Essas estruturas geométricas funcionavam como referências espaciais, organizando o território e estabelecendo limites simbólicos e funcionais.

O espaço não é um simples receptáculo neutro das ações humanas, mas uma produção social, resultado de relações de poder, de práticas cotidianas e de significados atribuídos por diferentes grupos. Cada espaço produzido carrega intencionalidades, representações simbólicas e materialidades que expressam tanto a dominação quanto a apropriação coletiva. Assim, compreender o espaço é compreender também as lógicas sociais e políticas que o estruturam, pois ele se constitui em campo de disputa, memória e identidade (Lefebvre, 1991, p. 34).

Segundo Haesbaert (2004) que propõe a ideia de multiterritorialidade, destacando que o mesmo espaço pode ser vivenciado de maneiras distintas por diferentes grupos. A distribuição e o padrão dos geoglifos indicam que o território amazônico pré-colonial era dinâmico e plural, permitindo que diferentes comunidades compartilhassem recursos, rituais e áreas de cultivo. Os geoglifos, portanto, não apenas delimitavam espaços, mas articulavam práticas sociais complexas que reforçavam identidades coletivas e coesão comunitária.

Define Sack (1986) a territorialidade como estratégia de controle do espaço, mediada por comunicação e símbolos. Os geoglifos cumprem essa função, comunicando visivelmente a presença de um grupo, sua organização e seu domínio. Ao serem observados de pontos elevados ou de aeronaves, as formas geométricas funcionavam como sinais claros de ocupação e apropriação do território, reforçando vínculos sociais e culturais entre os membros da comunidade.

Para Little (2002) o território é também espaço de memória e identidade. Os geoglifos, ao registrar padrões geométricos no solo, traduzem em materialidade práticas culturais e



espirituais, funcionando como espaços de referência simbólica. Esses territórios incorporam dimensões espirituais e sociais, revelando que a territorialidade indígena não se limita ao controle de recursos, mas inclui reconhecimento e preservação de valores coletivos e ancestrais.

É Porto-Gonçalves (2006) enfatiza que o território deve ser compreendido em sua dimensão política, como espaço de resistência e afirmação cultural. A construção dos geoglifos evidencia que os povos amazônicos desenvolveram estratégias de organização territorial sofisticadas, capazes de integrar atividades econômicas, rituais e comunitárias, mesmo diante de condições ambientais desafiadoras. Eles representam, portanto, formas de poder distribuído e legitimado socialmente.

Para Moraes (2002) a territorialidade é resultado de processos históricos de longa duração. Os geoglifos, ao permanecerem visíveis na paisagem e ao serem estudados hoje, demonstram continuidade cultural e reforçam a historicidade da Amazônia. A análise geográfica das territorialidades permite compreender como sociedades pré-coloniais articularam práticas de gestão ambiental, organização social e simbolização do espaço, contribuindo para a compreensão da Geografia Histórica da região.

Além disso, a análise dos geoglifos evidencia que essas estruturas funcionavam como parte de um sistema territorial integrado, articulando redes de circulação, áreas de sociabilidade e espaços de ritualização. Pesquisas arqueológicas recentes apontam que muitos geoglifos estavam interligados por caminhos, valas e estradas elevadas, revelando um planejamento que ultrapassa a escala local e alcança dimensões regionais. Essa conectividade territorial demonstra que os povos amazônicos estabeleciam formas de mobilidade e comunicação que estruturavam o território não apenas para fins imediatos, mas como estratégia de coesão política e cultural. Assim, os geoglifos devem ser compreendidos como elementos de uma paisagem construída intencionalmente, onde a infraestrutura territorial refletia práticas sociais, cosmologias e mecanismos de integração comunitária.

Outro aspecto relevante é que os geoglifos contribuem para desconstruir narrativas coloniais que caracterizavam a Amazônia como espaço vazio, intocado ou desprovido de complexidade social. A presença dessas estruturas revela sociedades altamente organizadas, com capacidade técnica para transformar a paisagem e produzir territorialidades duradouras. Nesse sentido, os geoglifos operam como documentos espaciais que registram a agência



indígena na construção do território, reafirmando o protagonismo dos povos originários na elaboração de formas próprias de gestão ambiental e de ordenamento territorial. Ao se reconhecer a profundidade histórica dessas territorialidades, reforça-se a necessidade de valorizar e preservar os conhecimentos tradicionais que, ainda hoje, influenciam práticas de uso do solo, manejo florestal e identidade territorial na Amazônia contemporânea.

Contribuições da Arqueogeografia

A arqueogeografia permite integrar a análise da materialidade dos geoglifos à dimensão simbólica e histórica do território. Ranzi (2007) argumenta que os geoglifos devem ser interpretados como paisagens arqueogeográficas, combinando espaço físico, memória coletiva e práticas sociais. A partir dessa perspectiva, cada estrutura geométrica representa decisões intencionais de planejamento, refletindo modos de vida, organização comunitária e relações com o ambiente natural.

A paisagem arqueológica não é apenas um conjunto de vestígios materiais, mas um espaço vivido e significado, no qual se entrelaçam memória, identidade e práticas sociais. Cada monumento, caminho ou estrutura construtiva deve ser compreendido em relação ao sistema espacial mais amplo que o integra, revelando estratégias de organização social, formas de apropriação simbólica do território e modos específicos de interação com o ambiente. Assim, a paisagem deve ser lida como um texto cultural, no qual o passado permanece inscrito e continuamente reinterpretado (Criado, 1999, p. 36).

Para Sauer (1925) a paisagem é produto cultural, e a análise arqueogeográfica reforça essa visão, evidenciando que os geoglifos não são apenas marcas físicas, mas expressões da historicidade amazônica. Sua disposição e padrão geométrico indicam planejamento coletivo, gestão de recursos e integração social, mostrando que as sociedades pré-coloniais possuíam sofisticadas estratégias de ocupação territorial.

Com Bender (2002) a arqueologia da paisagem deve considerar o contexto mais amplo das estruturas analisadas. Os geoglifos, inseridos em áreas de cultivo, trilhas e habitats, indicam que essas formas geométricas não existiam isoladamente, mas como elementos interdependentes de um sistema territorial complexo. Essa abordagem permite compreender a Amazônia como um espaço moldado por práticas culturais e ambientais interligadas.



Segundo Funari (2003) a arqueologia possibilita reconstruir dimensões sociais, políticas e simbólicas das sociedades passadas. Aplicado aos geoglifos, isso significa que as formas geométricas podem indicar hierarquias, normas comunitárias e práticas cerimoniais, além de funções práticas, como drenagem de áreas e manejo do solo. Essa interpretação amplia a compreensão geográfica, conectando forma, função e significado.

É Tilley (1994) argumenta que o espaço construído possui significado social e cultural, moldando a experiência humana. Os geoglifos, ao serem observados tanto de dentro quanto de cima, funcionam como paisagens experienciadas coletivamente, nos quais práticas rituais e sociais interagem com a materialidade do solo. Assim, a arqueogeografia permite compreender os geoglifos não apenas como artefatos, mas como espaços vividos e significativos.

Por fim, Smith (2003) reforça que o espaço materializado comunica poder, identidade e autoridade. Os geoglifos amazônicos refletem controle social, coesão comunitária e territorialidade simbólica. Combinando geografia e arqueologia, a arqueogeografia permite interpretar esses sítios como testemunhos da complexidade social, histórica e ambiental da Amazônia pré-colonial, evidenciando práticas de planejamento territorial, gestão de recursos e simbolização cultural.

Considerações finais

Os geoglifos do Acre e do Sul do Amazonas demonstram que a Amazônia pré-colonial foi um território social e culturalmente complexo, marcado por práticas de organização espacial sofisticadas. A análise geográfica, articulada à arqueologia e à arqueogeografia, revela que essas estruturas geométricas não eram meros vestígios físicos, mas paisagens culturais carregadas de significado, territorialidade e memória coletiva. A partir da perspectiva de Milton Santos, Raffestin, Haesbaert, Ranzi e outros autores, é possível compreender os geoglifos como resultados de ações sociais, políticas e simbólicas que moldaram o espaço e consolidaram identidades. Além disso, a interpretação dos geoglifos evidencia a importância da Geografia Histórica da Amazônia, permitindo reconhecer a presença ativa de povos indígenas na transformação do território e na construção de uma paisagem cultural duradoura. Assim, os geoglifos representam não apenas patrimônio arqueológico, mas também instrumentos essenciais para compreender o passado, a organização social e o processo de territorialização



da região amazônica, reafirmando a Amazônia como espaço de história, memória e prática coletiva.

A partir das contribuições de Ranzi (2007), é possível compreender que a disposição espacial dos geoglifos revela uma racionalidade territorial que articula técnica, simbolismo e memória social. Não se trata apenas de formas geométricas esculpidas no solo, mas de paisagens construídas que sintetizam relações entre grupos humanos e o ambiente. Essa perspectiva reforça a ideia de que as sociedades amazônicas pré-coloniais projetaram e transformaram seus territórios a partir de conhecimentos acumulados e transmitidos ao longo das gerações, imprimindo na paisagem marcas que integram funcionalidade cotidiana e significados cosmológicos. Assim, a arqueogeografia evidencia que os geoglifos são, ao mesmo tempo, construções técnicas e expressões da identidade coletiva.

Nesse sentido, a leitura cultural da paisagem proposta por Criado (1999) permite interpretar os geoglifos como parte de um sistema de significados que ultrapassa sua materialidade imediata. Seu arranjo no espaço, a relação entre diferentes estruturas e o modo como se articulam a elementos naturais revelam uma intencionalidade que só pode ser compreendida considerando-se a paisagem em sua totalidade. A presença de caminhos, valas e áreas modificadas ao redor dos geoglifos indica que eles operavam como pontos nodais de um território vivido, onde práticas cotidianas, rituais e atividades produtivas se entrelaçavam. Assim, as paisagens arqueogeográficas funcionam como repositórios de memória, nos quais a experiência dos grupos sociais permanece inscrita e reinterpretada ao longo do tempo.

A partir da concepção de Sauer (1925) de que a paisagem é resultado da ação humana sobre o meio, a análise dos geoglifos reforça o argumento de que a ocupação amazônica pré-colonial foi profundamente criativa e transformadora. A cultura moldou o ambiente e, ao mesmo tempo, foi moldada por ele, produzindo uma paisagem híbrida na qual elementos naturais e construídos se integram de maneira funcional e simbólica. Quando articulamos essa visão com a abordagem de Bender (2002), percebe-se que os geoglifos não podem ser analisados isoladamente, pois sua relevância emerge da rede de relações territoriais à qual pertencem. Como parte de um sistema de manejo do espaço, os geoglifos revelam práticas que envolviam mobilidade, cultivo, rituais e comunicação simbólica, refletindo a diversidade e complexidade das territorialidades indígenas amazônicas



Referências

BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 75-98, out. 2006. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>.

Acesso em: 7 jul. 2026

BALÉE, William. Contingent Diversity on Anthropic Landscapes. **Diversity**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 163-181, fev. 2010. DOI <https://doi.org/10.3390/d2020163>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1424-2818/2/2/163>. Acesso em: 7 jul. 2026

BENDER, B. **Landscape: politics and perspectives**. Oxford: Berg, 2002.

BERQUE, G. **Paysage et géographie physique globale**. Paris: Revue Géographique, 1972.

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRIADO, Felipe. **Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

CRUMLEY, Carole L. **Historical ecology: a multidimensional ecological orientation**. In: CRUMLEY, Carole L. (org.). *Historical Ecology: Cultural Knowledge and Changing Landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press, 1994. p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/200459016_Historical_Ecology_Cultural_Knowledge_and_Changing_Landscapes. Acesso em: 8 jul. 2026.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. **Landscapes of Privilege: The Politics of the Aesthetic in an American Suburb**. New York: Routledge, 2001.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

ERICKSON, Clark L.; ÁLVAREZ, Patricia; CALLA MALDONADO, Sergio Alejandro. Zanjás circundantes: obras de tierra monumentales de Baures en la Amazonia Boliviana. Baures: Proyecto Agro-Arqueológico del Beni, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303967605_Zanjás_Circundantes_Obras_de_Tierra_Monumentales_de_Baures_en_la_Amazonia_Boliviana. Acesso em: 8 jul. 2026.



ERICKSON, Clark L. Archaeological methods for the study of ancient landscapes of the Llanos de Mojos in the Bolivian Amazon. In: STAHL, Peter W. (ed.). *Archaeology in the Lowland American Tropics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 66-95. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/245474637_Archaeological_methods_for_the_study_of_ancient_landscapes_of_the_Llanos_de_Mojos_in_the_Bolivian_Am. Acesso em: 8 jul. 2026.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata; RUSSELL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. **Amazonia 1492**: pristine forest or cultural parkland? *Science*, Washington, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, 19 set. 2003. DOI: 10.1126/science.1086112. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/9087814_Amazonia_1492_Pristine_Forest_or_Cultural_Parkland. Acesso em: 8 jul. 2026.

INGOLD, Tim. **The temporality of the landscape**. *World Archaeology*, Abingdon, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993. DOI: 10.1080/00438243.1993.9980235. Disponível em: <http://sed.ucsd.edu/files/2014/09/Ingold-Temporality-of-the-Landscape.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2026.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LITTLE, P. **Territorialidades indígenas e ambientalismo na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2002.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, M. **Território e memória indígena na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANZI, A.; AGUIAR, R. **Geoglifos da Amazônia – Perspectiva Aérea**. Florianópolis: Faculdades Energia. 2004.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.



SACK, R. D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, C. O. **The morphology of landscape**. Berkeley: University of California, 1925.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Hucitec, 2015.

SCHAAN, Denise; PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; CÉSAR PICCOLI, Jacó. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 67–82, 2007. DOI: 10.24885/sab.v20i1.229. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/229>. Acesso em: 11 set. 2025.

SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; PÄRSSINEN, Martti (Orgs.). **Arqueologia da Amazônia Ocidental**: os geoglifos do Acre. Belém: Editora Universitario UFPA, 2008. 192 p.

SCHAAN, Denise Pahl. The nonagricultural chiefdoms of Marajó Island. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (ed.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 339-357. DOI: 10.1007/978-0-387-74907-5_19. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-74907-5_19. Acesso em: 8 jul. 2025.

SCHAAN, Denise; BUENO, Miriam; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, Edegar; RODRIGUES, Allana; DANTAS, Alessandra; RAMPANELLI, Ivandra. Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 30–41, 2010. DOI: 10.24885/sab.v23i1.286. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/286>. Acesso em: 11 set. 2025.

SMITH, A. T. **The political landscape**. Berkeley: University of California Press, 2003.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Oxford: Berg, 1994.

Trabalho Apresentado em 24/02/2026

Aprovado em 12/06/2026